



# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 30 DE AGOSTO DE 2022

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO CONGO**

**EXTRATO DE ADITIVO**  
**PRIMEIRO TERMO ADITIVO**

**CONTRATO: 10402/2022-CPL / OBJETO:** ACRESCIMO DE VALORES DO CONTRATO ORIGINAL PARA AQUISIÇÃO DE INSUMOS HOSPITALARES / **CONTRATANTE:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO CONGO – JOSEFA SANDRA FERREIRA / **CONTRATADO:** ENDOMED COM E REP DE MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ nº 70.104.344/0001-26 / **VALOR:** R\$ 16.652,20 (dezesesseis mil seiscentos e cinquenta e dois reais e vinte centavos) / **DATA DA ASSINATURA:** 30/08/2022 / **AMPARO LEGAL:** ART. 65 DA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, LEI 8.666 DE 21.06.93.

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO CONGO**

**EXTRATO DE ADITIVO**  
**PRIMEIRO TERMO ADITIVO**

**CONTRATO: 10404/2022-CPL / OBJETO:** ACRESCIMO DE VALORES DO CONTRATO ORIGINAL PARA AQUISIÇÃO DE INSUMOS HOSPITALARES / **CONTRATANTE:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO CONGO – JOSEFA SANDRA FERREIRA / **CONTRATADO:** L G PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ nº 17.227.485/0001-53 / **VALOR:** R\$ 12.976,15 (doze mil novecentos e setenta e seis reais quinze centavos) / **DATA DA ASSINATURA:** 30/08/2022 / **AMPARO LEGAL:** ART. 65 DA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, LEI 8.666 DE 21.06.93.

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO CONGO**

**EXTRATO DE ADITIVO**  
**PRIMEIRO TERMO ADITIVO**

**CONTRATO: 10501/2022-CPL / OBJETO:** ACRESCIMO DE VALORES DO CONTRATO ORIGINAL PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS INJETÁVEIS / **CONTRATANTE:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO CONGO – JOSEFA SANDRA FERREIRA / **CONTRATADO:** ENDOMED COM E REP DE MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ nº 70.104.344/0001-26 / **VALOR:** R\$ 11.665,25 (onze mil seiscentos e sessenta e cinco reais e vinte e cinco centavos) / **DATA DA ASSINATURA:** 30/08/2022 / **AMPARO LEGAL:** ART. 65 DA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, LEI 8.666 DE 21.06.93.



# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 30 DE AGOSTO DE 2022

### PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 00112/2022

**CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2020. INEXECUÇÃO CONTRATUAL. FRUSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS CONTRATADOS. PREJUÍZO À ADMINISTRAÇÃO E AOS CONCURSANDOS. RECOMENDAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA PELA DEVOLUÇÃO DO VALOR DAS INSCRIÇÕES AOS CANDIDATOS. DECISÃO ADMINISTRATIVA. DEVOLUÇÃO, AÇÃO CIVIL PÚBLICA E ABERTURA DE NOVO CONCURSO.**

#### DECISÃO ADMINISTRATIVA

Trata-se de fato administrativo relativo às falhas ocorridas na execução do concurso público nº. 001/2020, que impediram sua continuidade. Registrou-se a atuação do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, junto ao Processo TC nº 08.753/20, que determinou a suspensão da execução do mesmo, em decorrência da identificação de ilegalidades dos atos então praticados.

No exercício seguinte, no ano de 2021, a empresa responsável pela execução dos serviços contratados, que tinha por obrigação retomar os trabalhos para dar continuidade ao processo de seleção, mediante a realização do concurso público, abandonou os trabalhos, deixando de prestar os serviços na forma previamente estabelecida no contrato administrativo firmado com a Prefeitura do Congo (PB).

Após inúmeras notificações para se manifestar, a empresa deixou transcorrer *in albis* todos os prazos para prestar esclarecimentos, numa clara manifestação de que não mais teria interesse em dar continuidade a execução do contrato.

Em decorrência disso, nos autos do devido processo administrativo, foi dada a oportunidade da empresa se manifestar, sendo-lhe concedido prazo para defesa. No entanto, não apresentou qualquer manifestação.

Diante de tais fatos, a administração decidiu pela rescisão do contrato, com a aplicação das sanções previstas na Lei nº. 8.666/93, dentre elas, a proibição de contratar com o poder público e a determinação pela devolução dos valores despendidos pela administração.

Concluiu-se que os fatos registrados na execução do concurso público acabaram por frustrar a aplicação das provas e sua necessária conclusão capaz de prover os cargos vagos disponíveis no quadro de pessoal da estrutura organizacional do Município.

Após isso, surgiu a recomendação do Ministério Público da Paraíba, em relação ao concurso público do Município do Congo (PB), registrada no Procedimento Administrativo nº. 001.2021.060547, que orientou pela devolução do valor das inscrições aos candidatos; É dever da administração em promover os atos administrativos vinculados aos princípios constitucionais do art. 37, da Constituição Federal de 1988, bem como atender o princípio da razoabilidade para evitar danos decorrentes de eventuais erros administrativos.

#### ANTE O EXPOSTO, DECIDO:

a) Atender a recomendação do Ministério Público do Estado da Paraíba para realizar a devolução aos candidatos inscritos dos valores pagos pelas inscrições, devendo, para tanto, ser publicado edital de convocação para que os inscritos apresentem a documentação necessária a efetivação das transferências financeiras de ressarcimento;

b) Seja determinada à Procuradoria do Município do Congo a promoção da devida ação civil pública em face da empresa contratada e do responsável pela contratação, à época, para permitir a reparação dos danos causados ao patrimônio público municipal;

c) Seja determinada a abertura de novo processo administrativo para realização de concurso público, com a finalidade de atender às exigências constitucionais previstas no art. 37, da Constituição Federal de 1988;

Seja dada a devida publicidade da presente decisão, devendo ser publicada no diário oficial do Município, bem como anexada aos autos do processo administrativo em epígrafe, bem como sejam oficiados todos os agentes envolvidos neste processo, para que cumpram as consequentes atribuições legais impostas a cada uma de suas funções.

Congo (PB), 30 de agosto de 2022.

**FLÁVIA EMANOELA SOUSA PEREIRA QUIRINO**  
Prefeita Constitucional